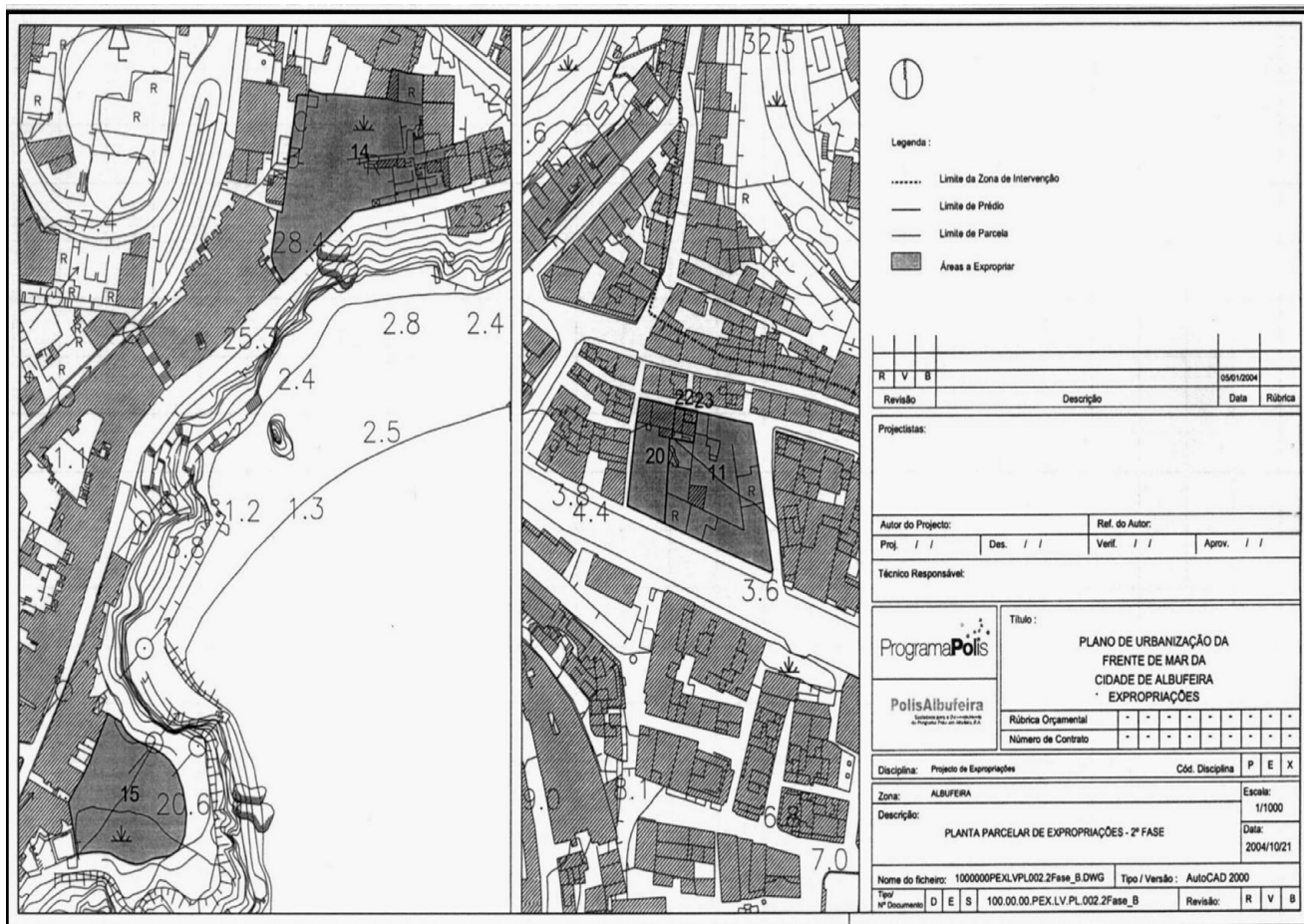


Despacho n.º 5056/2005 (2.ª série). — No exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, pelo despacho n.º 24 522/2004, de 8 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 278, de 26 de Novembro de 2004, e ao abrigo dos artigos 1.º, 13.º, n.ºs 1 e 2, e 14.º, n.º 1, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, em conjugação com o disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, e com os fundamentos constantes da informação n.º 1/DSJ, de 3 de Janeiro de 2005, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública com carácter urgente da expropriação de seis parcelas de terreno n.ºs 11, 14, 15, 20, 22 e 23, identificadas no mapa e planta parcelar de expropriações — 2.ª fase, anexos ao presente

despacho e que dele fazem parte integrante, a favor da POLISAL-BUFEIRA — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de Fevereiro, necessárias à execução do Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 159/2003, de 11 de Setembro, nomeadamente para a construção de um parque de estacionamento, de equipamentos e de espaço público.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da POLISAL-BUFEIRA — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S. A.

24 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *José Eduardo Rego Mendes Martins*.



Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira

Mapa de expropriações — 2.ª fase

Parcela	Nome e morada do proprietário outros interessados	Identificação do prédio			Área da parcela (metros quadrados)
		Freguesia e concelho	Números matriz urbana/rústica	Descrição predial	
11	A. J. Cabrita, S. A., Avenida 25 de Abril, 35, 8200 Albufeira	Albufeira	126 U	4761	1473
14	Caixa Geral de Depósitos, Avenida de João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.	Albufeira	4102 U	08937/931126	2569
15	António Joaquim Quaresma Cabrita, Avenida 25 de Abril, 35, 8200 Albufeira. Maria do Carmo Quaresma Vinhas Cabrita, Rua de São Domingos, à Lapa, 7, 1.º, esquerdo, Lisboa. Cristina de Menda Araújo, Travessa da Condessa do Rio, 1-E, 3.º, direito, Lisboa. Catarina Mónica Cabrita, Travessa da Palmeira, 5, 1200 Lisboa. Faye Hobday Cabrita, Casa Mourisca, Boliqueime, Loulé.	Albufeira	537 U	5680	1524

Parcela	Nome e morada do proprietário outros interessados	Identificação do prédio			Área da parcela (metros quadrados)
		Freguesia e concelho	Números matriz urbana/rústica	Descrição predial	
20	A Taberna do Pescador, L. ^{da} , Travessa das Pereiras, 8, 8200 Albufeira.	Albufeira	130 U 129 U	07255/910806 07256/910806	536
22	Inácia da Conceição Xufre, Apartado 7024, 8200-563 Albu- feira.	Albufeira	5483 U		75
23	Maria Ermelinda de Brito Martins, Rua dos Telheiros, 16, 8200 Albufeira.	Albufeira	5180 U	1688	22

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho n.º 5057/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo.* — Para os devidos efeitos, subdelego no engenheiro Carlos Alexandre de Brito Vitorino Braga as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 23 829/2003, de 21 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 2003, no que concerne ao pessoal da ex-DAA, como segue:

1 — Na área de gestão orçamental, autorizar deslocações em serviço e condução de viaturas oficiais, no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como autorizar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, a condução de viaturas oficiais pelos funcionários e agentes que não tenham a categoria de motorista, com observância dos requisitos constantes do mesmo diploma.

2 — No uso das competências que me são conferidas pelo n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, delegeo no engenheiro Carlos Alexandre de Brito Vitorino Braga as competências designadas na alínea f) do referido diploma, assim como toda a correspondência expedida e entrada no que se refere a processos da ex-DAA.

A presente delegação de competências é de aplicação imediata, considerando-se expressamente ratificados os actos que se mostrem conformes praticados pelo subdelegatário até à presente data.

10 de Fevereiro de 2005. — O Chefe de Divisão, *José Fidalgo da Rosa Gaspar*.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso n.º 2420/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da directora-geral de 25 de Fevereiro de 2005, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, para preenchimento de nove vagas, área de contabilidade, pessoal, património, secretariado, expediente e arquivo, do quadro privativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, constante do mapa anexo I da Portaria n.º 1223/95, de 10 de Outubro, alterado pela Portaria n.º 342/99, de 24 de Março, com a seguinte distribuição:

Quota A — oito lugares reservados a funcionários do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento que reúnam os requisitos gerais e especiais de admissão a concurso;

Quota B — um lugar reservado a funcionários pertencentes a quadros de pessoal de outros organismos que reúnam os requisitos legalmente exigidos para provimento na categoria posta a concurso.

2 — Local de trabalho — Avenida de D. Carlos I, 126, 1249-073 Lisboa.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 4/95, de 17 de Janeiro, e Código do Procedimento Administrativo.

4 — Validade do concurso — o concurso é válido para as vagas postas a concurso e cessa com o seu preenchimento.

5 — Requisitos de admissão:

5.1 — Requisitos gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

5.2 — Requisitos especiais — possuir as condições previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com os n.ºs 1 e 3 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e o n.º 2 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

6.1 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os factores descritos nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, visando avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

6.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpersoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

7 — Os critérios de apreciação e ponderação relativos aos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento, Avenida de D. Carlos I, 126, 3.º, 1249-073 Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, devendo neste caso ser expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade, termo da respectiva validade e serviço emissor, residência, código postal e telefone);
- Declaração, sob compromisso em honra, de que reúne os requisitos legais para o provimento em funções públicas, constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Categoria que detém.

8.1 — Juntamente com o requerimento, os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública;
- Fotocópia dos documentos comprovativos das acções de formação profissional complementar e respectivas durações;
- Declaração, emitida pelo serviço ou organismo de origem, especificando detalhadamente as efectivas funções, tarefas e responsabilidades do candidato e o tempo correspondente ao seu exercício, a classificação de serviço referente aos últimos três anos, bem como o índice e o escalão por que é remunerado;
- Requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso para efeitos de suprimento da avaliação (Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, artigo 18.º);
- Quaisquer outros elementos ou circunstâncias que os candidatos entendam dever apresentar por considerarem pas-